



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

ANEXO III

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES INICIAIS.....	3
2	PLANO TÉCNICO 1 – EQUIPE DO PROJETO (PT1):	3
3	PLANO TÉCNICO 2 – EXPERIÊNCIA DO PROPONENTE (PT2):	10
4	DISPOSIÇÕES FINAIS	12
5	CÁLCULO DA NOTA FINAL	14



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

1 DISPOSIÇÕES INICIAIS

- 1.1 Com a apresentação da PROPOSTA TÉCNICA, o PROPONENTE deverá demonstrar que possui capacidade técnica, planejamento e conhecimento para a execução do OBJETO DA LICITAÇÃO, nos termos deste EDITAL.
- 1.2 A PROPOSTA TÉCNICA deverá conter carta de apresentação a ser elaborada observando-se o conteúdo disposto no modelo nº 7 do ANEXO II e deverá ser apresentada na forma indicada nos itens a seguir, e conforme o Termo de Referência, ANEXO I deste EDITAL.
- 1.3 A PROPOSTA TÉCNICA deverá estar segmentada da seguinte forma:
 - a) Plano Técnico 1 – Equipe de Projeto (PT1), composto por requisitos obrigatórios (PT1-A) e requisitos a serem considerados para efeito de pontuação, que são classificatórios (PT1-B).
 - b) Plano Técnico 2 – Experiência da Empresa (PT2), composto por requisitos obrigatórios (PT2-A) e requisitos a serem considerados para efeito de pontuação, que são classificatórios (PT2-B).

2 PLANO TÉCNICO 1 – EQUIPE DO PROJETO (PT1):

- 2.1 Esta etapa implica a comprovação, análise e avaliação da formação, da experiência e do conhecimento dos membros da EQUIPE DO PROJETO, que será composta minimamente pelos profissionais relacionados abaixo, que foram apresentados na Qualificação técnica da fase de Habilitação descrita no item 9.6 do EDITAL:
 - 01 (um) Gerente de Projeto;
 - 02 (dois) Consultores (A e B);
 - 01 (um) Consultor de T.I.;
 - 01 (um) Coordenador Operacional;
 - 07 (sete) Verificadores.
- 2.2 Os profissionais relacionados no item anterior serão pontuados de acordo com os critérios de pontuação expostos no item 2.4 a seguir.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

2.3 Requisitos Obrigatórios (PT1-A)

2.3.1 O PROPONENTE, deverá apresentar obrigatoriamente os documentos explicitados nos itens 2.3.1.1, 2.3.1.2, 2.3.1.3 e 2.3.1.4:

2.3.1.1 Currículos dos membros da EQUIPE DE PROJETO elencados no item 2.1 acima, devendo conter, sem se limitar:

- a) Identificação do profissional;
- b) Formação acadêmica, conforme requisitos descritos no ANEXO I do EDITAL;
- c) Detalhamento, de forma clara e precisa, da experiência anterior do profissional nas áreas de conhecimento mencionadas, destacando informações sobre:
 - I. Nome da empresa empregadora;
 - II. Natureza do vínculo (empregado, sócio, diretor ou consultor);
 - III. Em caso de participação em projeto:
 - Nome do projeto a que esteve vinculado;
 - Nome da instituição demandante do projeto;
 - Nome da área/setor em que foi desenvolvido o projeto;
 - IV. Atividades desempenhadas;
 - V. Período de atuação em cada projeto ou atividade;
 - VI. Resultados alcançados no trabalho.

2.3.1.2 Comprovação de conclusão de curso ou Diploma que comprove a formação acadêmica indicada no currículo de cada profissional, respeitando-se o disposto no item 6.2.2 do ANEXO I deste EDITAL.

2.3.1.3 Comprovação da experiência profissional de cada membro da EQUIPE DE PROJETO descrita no item 6.2.2 do ANEXO I deste EDITAL, composta por:

- a) Atestados de Capacidade Técnica expedido pela empresa tomadora do serviço, devendo conter, sem se limitar: a razão social e dados de identificação da instituição emitente tomadora do serviço (CNPJ, endereço, telefone, e-mail); descrição dos serviços prestados; tempo total do projeto, nome(s) do(s) profissional(is) que atuou(aram) no projeto, tempo de prestação dos serviços de cada profissional por área de conhecimento; local e data de emissão; nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

- 2.3.1.3.1 Caso o atestado descrito no item 2.3.1.3 possua dois ou mais domínios de conhecimento sem especificação de horas trabalhadas por determinado profissional em cada domínio, o tempo total de execução do projeto (em horas, meses ou anos) será dividido pelo número exato de domínios de conhecimento descritos, em partes iguais.
- 2.3.1.4 Comprovação do PROPONENTE, na forma da lei, de que os profissionais indicados no item 2.1 fazem parte do seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, de acordo com as qualificações descritas no item 6.2.2 do ANEXO I deste Edital.
- 2.3.2 Alternativamente aos documentos solicitados no item 2.3.1.3, para comprovação da experiência profissional de cada membro da EQUIPE DE PROJETO, descrita no item 6.2.2 do ANEXO I deste EDITAL, a PROPONENTE poderá apresentar:
- a) Atestado de Capacidade Técnica expedido pela empresa tomadora do serviço, em nome da EMPRESA PROPONENTE, devendo conter, sem se limitar: a razão social e dados de identificação (CNPJ, endereço, telefone, e-mail, etc.) da instituição emitente tomadora do serviço e da empresa prestadora do serviço (PROponente); descrição do(s) serviço(s) prestado(s); tempo de prestação do(s) serviço(s) por área de conhecimento; local e data de emissão; nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;
 - b) Declaração expedida pela EMPRESA PROPONENTE, explicitando o(s) nome(s) do(s) profissional(is) que atuou(aram) no(s) projeto(s) a que se refere(m) o(s) atestado(s) citado(s) no item a), devendo conter, sem se limitar: descrição do projeto executado (nome da empresa cliente, área/setor, escopo dos serviços, etc.), o(s) nome(s) do(s) profissional(is) que atuou(aram) no(s) projeto(s), tempo de prestação dos serviços por área de conhecimento/atuação de cada profissional(is); local e data de emissão; nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.
- 2.3.3 A não apresentação dos documentos citados no item 2.3.1 desclassificará o PROPONENTE.

2.4 Requisitos Classificatórios (PT1-B)

- 2.4.1 A pontuação PT1-B será atribuída a partir da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoa jurídica tomadora do serviço e Declarações emitidas pela empresa PROPONENTE, que comprovem a experiência da EQUIPE DE PROJETO apresentada no item 2.3 acima, relacionada aos domínios definidos no item 2.4.2 a seguir, observados os requisitos específicos estabelecidos.
- 2.4.1.1 Os atestados e declarações a que se refere o item anterior deverão seguir os moldes citados no item 2.3.1.3 ou, alternativamente no item 2.3.2 e seus subitens.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

2.4.2 Os critérios para pontuação da EQUIPE DO PROJETO, relativos aos seus domínios específicos, estão elencados abaixo:

2.4.2.1 Gerente de Projeto:

a) Titulação:

ITEM	TÍTULOS/CERTIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
1	Certificado de conclusão de curso ou Diploma de pós-graduação <i>strictu sensu</i> em nível de Mestrado (título de mestre), e relacionado à sua área de domínio/experiência profissional.	0,50
2	Certificado de conclusão de curso ou Diploma de pós-graduação <i>strictu sensu</i> em nível de Doutorado (título de doutor), e relacionado à sua área de domínio/experiência profissional.	1,00

b) Experiência profissional:

ITEM	EXPERIÊNCIA	QUANTIDADE	PONTUAÇÃO
1	Comprovar a experiência em horas de gerenciamento de projetos.	Entre 4.201 a 5.000 horas	4,00
		Entre 5.001 a 7.500 horas	6,00
		Entre 7.501 a 10.000 horas	8,00
		Acima de 10.000 horas	10,00

NOTA: Para fins de comprovação da experiência em horas de gerenciamento será admitido o somatório de horas de atuação do Gerente de Projeto, em diversos projetos, desde que, individualmente, seja igual ou superior a 1.000 horas.

2.4.2.2 Consultor de Processos A e Consultor de Processos B:

a) Titulação:

ITEM	TÍTULOS/CERTIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
1	Certificado de conclusão de curso ou Diploma de pós-graduação <i>latu sensu</i> em nível de especialização ou MBA (<i>Master of Business Administration</i>), com carga horária não inferior a 360 horas e relacionado à sua área de domínio/experiência profissional.	0,50
2	Certificado de conclusão de curso ou Diploma de pós-graduação <i>strictu sensu</i> em nível de Mestrado (título de mestre) ou Doutorado (título de doutor), e relacionado à sua área de domínio/experiência profissional.	1,00

NOTA: Importante ressaltar que a pontuação acima descrita será concedida individualmente por consultor. A nota final referente a este item será o somatório da pontuação obtida por cada consultor.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

b) Experiência profissional:

ITEM	EXPERIÊNCIA DE UM ÚNICO CONSULTOR	QUANTIDADE	PONTUAÇÃO
1	Comprovar a experiência em desenho de processos.	De 06 a 10 processos	2,00
		De 11 a 15 processos	4,00
		De 16 a 20 processos	6,00
		Acima de 20 processos	8,00

NOTA: Importante ressaltar que a pontuação acima descrita será concedida somente para um consultor, a critério da PROPONENTE.

ITEM	EXPERIÊNCIA DE UM ÚNICO CONSULTOR	QUANTIDADE	PONTUAÇÃO
2	Desenvolvimento de sistema de mensuração de desempenho composto por conjunto de indicadores de <i>performance</i> para medição de nível de serviço prestado.	De 11 a 15 indicadores	2,00
		De 16 a 20 indicadores	4,00
		De 21 a 25 indicadores	6,00
		Acima de 25 indicadores	8,00

NOTA: Importante ressaltar que a pontuação acima descrita será concedida somente para um consultor, a critério da PROPONENTE.

2.4.2.3 Consultor C – Tecnologia da Informação (T.I.):

a) Titulação:

ITEM	TÍTULO/CERTIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
1	Possuir certificação CISA – <i>Certified Information Systems Auditor</i> ou CISM – <i>Certified Information Security Manager</i> , expedidos por instituições certificadoras reconhecidas no Brasil.	2,50



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

b) Experiência profissional:

ITEM	EXPERIÊNCIA	QUANTIDADE	PONTUAÇÃO
1	Experiência comprovada, em horas, em auditoria de sistemas de informação ou segurança da Informação.	Entre 4.201 a 5.000 horas	2,00
		Entre 5.001 a 7.000 horas	4,00
		Entre 7.001 a 8.000 horas	6,00
		Acima de 8.000 horas	8,00

NOTA: Para fins de comprovação da experiência em horas de auditoria de sistemas de informação ou segurança da Informação será admitido o somatório de horas de atuação do Consultor de T.I., em diversos projetos, desde que individualmente sejam iguais ou superiores a 1.000 horas

2.4.2.4 Coordenador Operacional:

a) Titulação:

ITEM	TÍTULOS/CERTIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
1	Certificado de conclusão de curso ou Diploma de pós-graduação <i>latu sensu</i> em nível de especialização ou MBA (<i>Master of Business Administration</i>), com carga horária não inferior a 360 horas e relacionado à sua área de domínio/experiência profissional.	0,50
2	Certificado de conclusão de curso ou Diploma de pós-graduação <i>strictu sensu</i> em nível de Mestrado (título de mestre) ou Doutorado (título de doutor), e relacionado à sua área de domínio/experiência profissional.	1,00

b) Experiência profissional:

ITEM	EXPERIÊNCIA	QUANTIDADE	PONTUAÇÃO
1	Fiscalização ou verificação, envolvendo medição de indicadores de desempenho, em serviços prestados em uma área mínima de 30.000 metros quadrados, preferencialmente, mas sem se limitar a penitenciárias, hotéis e hospitais.	De 30.001 a 50.000 m ²	4,00
		De 50.001 a 70.000 m ²	6,00
		De 70.001 a 100.000 m ²	8,00
		Acima de 100.000 m ²	10,00

NOTA: Para fins de comprovação da metragem da área será admitido o somatório de projetos com áreas iguais ou superiores a 10.000 metros quadrados.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

2.4.2.5 Verificadores:

ITEM	TÍTULOS	PONTUAÇÃO
1	Certificado de conclusão de curso ou Diploma de curso Técnico, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, conforme normas do Conselho Nacional de Educação.	0,25
2	Certificado de conclusão de curso ou Diploma de curso superior expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, conforme normas do Conselho Nacional de Educação.	0,50

2.4.3 O valor dos pontos atribuídos aos títulos e às experiências são não cumulativos. Caso o profissional possua mais de um título ou experiência, será considerado aquele de maior valor.

2.4.4 Documentos necessários à comprovação dos títulos:

2.4.4.1 Para a comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado, será aceito o diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, ou certificado/declaração de conclusão de curso de mestrado ou de doutorado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC.

2.4.4.2 Os certificados de conclusão de curso (ou diplomas) de especialização, de mestrado ou de doutorado expedidos no exterior somente serão aceitos se revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.

2.4.4.3 Os certificados de conclusão de curso (ou diplomas) à distância somente serão aceitos se expedidos por instituição reconhecida pela MEC.

2.4.5 Documentos necessários à comprovação da experiência profissional:

2.4.5.1 Atestados de Capacidade Técnica expedido pela empresa tomadora do serviço, devendo conter, sem se limitar: a razão social e dados de identificação da instituição emitente tomadora do serviço (CNPJ, endereço, telefone, e-mail); descrição dos serviços prestados; tempo total do projeto, nome(s) do(s) profissional(is) que atuou(aram) no projeto, tempo de prestação dos serviços de cada profissional por área de conhecimento; local e data de emissão; nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;

2.4.5.2 Alternativamente aos documentos citados no item 2.4.5.1, para comprovação da experiência profissional de cada membro da EQUIPE DE PROJETO, a PROPONENTE poderá apresentar:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

- a) Atestado de Capacidade Técnica expedido pela empresa tomadora do serviço, em nome da EMPRESA PROPONENTE, devendo conter, sem se limitar: a razão social e dados de identificação (CNPJ, endereço, telefone, e-mail, etc.) da instituição emitente tomadora do serviço e da empresa prestadora do serviço (PROponente); descrição do(s) serviço(s) prestado(s); tempo de prestação do(s) serviço(s) por área de conhecimento; local e data de emissão; nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;
- b) Declaração expedida pela EMPRESA PROPONENTE, explicitando o(s) nome(s) do(s) profissional(is) que atuou(aram) no(s) projeto(s) a que se refere(m) o(s) atestado(s) citado(s) no item a), devendo conter, sem se limitar: descrição do projeto executado (nome da empresa cliente, área/setor, escopo dos serviços, etc.), o(s) nome(s) do(s) profissional(is) que atuou(aram) no(s) projeto(s), tempo de prestação dos serviços por área de conhecimento/atuação de cada profissional(is); local e data de emissão; nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

2.5 Não serão considerados para pontuação do Plano Técnico 1 (PT1):

- 2.5.1 Experiências relativas a serviços ligados a estágio, monitoria, bolsa de estudo para efeito de contagem de tempo para a pontuação (PT1-B);
- 2.5.2 Comprovantes de conclusão de curso que estiverem fora dos critérios estipulados no item 2.4.4 acima.
- 2.5.3 Não serão aceitos para a avaliação e pontuação, comprovantes de conclusão de disciplinas isoladas;
- 2.5.4 Declarações, certificados ou documentos equivalentes internacionais não juramentados.

3 PLANO TÉCNICO 2 – EXPERIÊNCIA DO PROPONENTE (PT2):

- 3.1 O Plano Técnico 2 consiste em avaliar a experiência da PROPONENTE na prestação de serviços similares e será pontuada conforme item 3.3 deste ANEXO.

3.2 Requisitos Obrigatórios (PT2-A)

- 3.2.1 O PROPONENTE, deverá apresentar obrigatoriamente:

- 3.2.1.1 Relatório Técnico – Metodologia de Execução: tendo em vista o ANEXO I deste EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA, o PROPONENTE apresentará sugestões de sistemática de execução dos serviços relativos ao objeto da presente licitação, contendo indicações de melhorias no escopo apresentado, onde considerar pertinente.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

3.3 Requisitos Classificatórios (PT2-B)

3.3.1 A Empresa PROPONENTE receberá uma pontuação de acordo com a experiência comprovada, conforme os critérios seguintes:

3.3.1.1 Gerenciamento de Projetos:

a) Indicadores de desempenho:

ITEM	EXPERIÊNCIA	QUANTIDADE	PONTUAÇÃO
1	Comprovação de experiência anterior em serviços compatíveis com o objeto desta licitação, no que se refere à:	02 projetos a 10 projetos	2,00
	a. Definição e implantação de estrutura de gestão de um conjunto formado por, no mínimo, 10 (dez) indicadores de desempenho ; OU	11 projetos a 15 projetos	4,00
	b. Definição e implantação de estrutura de gerenciamento de um conjunto formado por, no mínimo, 10 (dez) indicadores de desempenho ; OU	16 projetos a 20 projetos	6,00
	c. Definição e implantação de estrutura de monitoramento de um conjunto formado por, no mínimo, 10 (dez) indicadores de desempenho .	Acima de 20 projetos	8,00



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

b) Medição de Indicadores de desempenho em grandes áreas:

ITEM	EXPERIÊNCIA	QUANTIDADE	PONTUAÇÃO
1	Comprovação de experiência anterior em serviços compatíveis com o objeto da licitação, no que se refere à fiscalização ou verificação , envolvendo medição de indicadores de desempenho , em serviços prestados em uma área mínima de 30.000 metros quadrados, preferencialmente, mas sem se limitar a penitenciárias, hotéis e hospitais.	De 30.001 a 55.000 m ²	2,00
		De 55.001 a 80.000 m ²	4,00
		De 80.001 a 105.000 m ²	6,00
		De 105.001 a 130.000 m ²	8,00
		Acima de 130.000 m ²	10,00

NOTA: Para fins de comprovação da metragem da área será admitida a apresentação de pelo menos um atestado contendo comprovação de serviços prestados em área mínima de 30.000 metros quadrados e os demais deverão comprovar, individualmente, área mínima de 10.000 metros quadrados.

c) Desenho de Processos:

ITEM	EXPERIÊNCIA	QUANTIDADE	PONTUAÇÃO
1	Comprovação de experiência anterior em serviços compatíveis com o objeto da licitação, no que se refere ao desenho de no mínimo 05 processos operacionais por projeto, abrangendo 2 (dois) ou mais dos quesitos abaixo: a. Diagnóstico e análise de processos operacionais; b. Modelagem e desenho de processos operacionais; c. Implantação de novos processos operacionais.	De 02 a 10 projetos	2,00
		De 11 a 15 projetos	4,00
		De 16 a 20 projetos	6,00
		Acima de 20 projetos	8,00

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 As PROPOSTAS TÉCNICAS deverão ser emitidas através de editores de texto eletrônicos, em 1 (uma) via, com todas as páginas numeradas e rubricadas pelo representante legal do PROPONENTE ou procurador especialmente constituído e a última deve ser assinada, tendo firma reconhecida da assinatura do emitente.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

- 4.2 As propostas não poderão apresentar emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais PROPONENTES, prejuízo à Administração e não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo. Deverá ainda possuir linguagem clara e que não dificulte o seu preciso entendimento.
- 4.3 Os atestados de capacitação técnica e declarações apresentados para fins de comprovação das experiências mínimas solicitadas para efeito de qualificação e de pontuação, quando expedidos por empresas estrangeiras e organismos internacionais, poderão ser aceitos desde que sejam apresentadas traduções juramentadas na língua portuguesa, devendo ser compatíveis com o objeto desta LICITAÇÃO e na forma da lei.
- 4.3.1 Em caso de dúvida, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá exigir, por meio de diligências, a apresentação de documentos pertinentes ao conteúdo declarado que comprovem a veracidade das informações prestadas.
- 4.4 Somente serão pontuadas as experiências comprovadas por meio de atestados ou declarações para projetos realizados a partir do ano de 2.000, inclusive.
- 4.5 É possível a apresentação de atestados/declarações emitidos pela mesma pessoa jurídica, desde que sejam para comprovar domínios diferentes ou para comprovar experiência em projetos distintos, ainda que relacionados a um mesmo domínio. Caso seja apresentado mais de um atestado/declaração para um mesmo projeto e mesmo domínio, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO considerará apenas um para fins de pontuação.
- 4.6 Serão aceitos atestados/declarações referentes a projetos já concluídos ou em andamento desde que respeitados os limites mínimos permitidos para fins de comprovação de cada item ao qual se propõe a apresentação do referido atestado.
- 4.7 Para efeitos de pontuação, considerar-se-á 1 (um) dia igual a 8 (oito) horas, 1 (uma) semana igual a 40 (quarenta) horas e 1 (um) mês igual a 176 (cento e setenta e seis) horas.
- 4.8 Não serão aceitos, para efeito de pontuação em PT1 e PT2, atestados porventura emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado com alguma vinculação societária com o PROPONENTE.
- 4.9 As PROPOSTAS TÉCNICAS que não apresentarem todos os documentos solicitados, referente à comprovação de cada item, receberão nota igual a 0 (zero) no item a que se refere.
- 4.10 Os atestados, declarações, certificados, diplomas, certidões e demais documentos necessários à PROPOSTA TÉCNICA poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou por um dos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO por meio do cotejo com o original.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado da Defesa Social – SEDS

ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

- 4.11 Os profissionais indicados pelos PROPONENTES composição da equipe mínima de projeto deverão participar da execução do serviço objeto da LICITAÇÃO, admitindo-se a substituição posterior por profissional de experiência equivalente ou superior, observando-se as determinações contidas no parágrafo 10, artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que previamente aprovada pela SEDS e desde que não haja prejuízo da qualidade técnica dos trabalhos em desenvolvimento.

5 CÁLCULO DA NOTA FINAL

- 5.1 A NOTA TÉCNICA do PROPONENTE será calculada, com base, nos fatores de pontuação apresentados a seguir:

- 5.1.1 A NOTA TÉCNICA é a somatória das notas PT1B e PT2B, multiplicada por “100” e dividida por “80” (total de pontos possíveis):

$$NT = \frac{100 \times (PT1B + PT2B)}{80}$$

Em que:

- NT é a Nota Técnica do PROPONENTE.
 - PT1B é a Nota Técnica obtida no Plano Técnico 1B – Requisitos Classificatórios.
 - PT2B é a Nota Técnica obtida no Plano Técnico 2B – Requisitos Classificatórios.
- 5.2 A avaliação e a classificação das PROPOSTAS TÉCNICAS serão feitas por meio de critérios objetivos estabelecidos neste EDITAL e seus ANEXOS, por meio da análise dos planos técnicos PT1 e PT2.
- 5.3 Cada plano técnico será pontuado com notas que serão concedidas de acordo com critérios que demonstrem seus níveis de adequação às exigências do EDITAL e de seus ANEXOS.
- 5.3.1 A pontuação da PROPOSTA TÉCNICA poderá ter no máximo duas casas decimais, desprezando-se os algarismos posteriores.
- 5.4 Serão desclassificadas as propostas técnicas que:
- a) Deixarem de apresentar quaisquer dos requisitos obrigatórios do PT1-A ou do PT2-A; ou
 - b) Não atingirem Nota Técnica (NT) mínima igual a 70% (setenta por cento) do total de pontos possíveis atribuídos ao somatório de PT1-B e PT2-B.